

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2003.
(Do Senhor João Caldas)

Requer a constituição da SUBCOMISSÃO ESPECIAL de FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA, destinada a realizar estudos, discutir, debater matérias, e apresentar relatórios e propostas que tenham como objetivo criar os instrumentos e condições legais que permitam ao Poder Executivo adotar políticas para implementar e fomentar o desenvolvimento desse importante segmento do setor de energia no país.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art.29 e demais artigos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário desta Comissão, seja criada a SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA, destinada a realizar estudos, discutir, debater matérias, e apresentar relatórios e propostas que tenham como objetivo criar os instrumentos e as condições legais que permitam ao Poder Executivo estabelecer políticas, implementar e fomentar o desenvolvimento desse importante segmento no país.

Esta Subcomissão terá, também, como importante missão proceder ao levantamento da situação atual e acompanhar o andamento ou não de todas as ações do Governo Federal relativas ao tema em apreço, identificando e trazendo para conhecimento da Comissão de Minas e Energia as principais dificuldades do setor, e estudar e propor alternativas de medidas que possam ser adotadas para solucioná-las .

JUSTIFICATIVA

Há dias vem sendo noticiado pelos órgãos da imprensa brasileira mais uma séria ameaça de crise que vem rondando o Setor Elétrico Brasileiro. Desta vez, um dos principais motivos é a situação de dificuldades por que passam diversas empresas Distribuidoras de Energia Elétrica do País, inclusive de inadimplência de suas dívidas, principalmente as que estão diretamente relacionadas aos financiamentos viabilizados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, decorrentes do processo de privatização do setor desencadeado nos últimos anos pelo Governo Federal.

Essas dificuldades tem alimentado informações dando conta, inclusive, sobre a eventual necessidade do Governo ter que retomar o controle dessas empresas, para não prejudicar o atendimento de energia elétrica aos consumidores de suas áreas de atuação. Entre outras, tem sido mencionadas importantes empresas como a CEMAR, a ELETROPAULO, a LIGHT, e suas controladoras.

Há poucos anos, o mesmo setor enfrentou gravíssima crise, que segundo alguns “entendidos de plantão”, foi consolidada pela incapacidade das forças da natureza para, no período chuvoso, recompor os volumes de água de grande parte dos reservatórios que alimentam as Usinas Hidroelétricas do país. Esta crise, mais uma vez, impôs sacrifícios a população brasileira, forçando-nos a um rigoroso racionamento do consumo de energia elétrica.

Naquela ocasião, o Governo Federal criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica com objetivo de *“propor e implementar medidas de natureza emergencial”*, e, o Congresso Nacional criou a Comissão Especial Mista da Crise de Abastecimento de Energia Elétrica, com a finalidade de *“estudar suas causas e propor alternativas para seu equacionamento”*.

Por outro lado, a partir de 1997, com o advento do **Protocolo de Kyoto**, o resultado da reunião da Conferência das Partes no Japão, pode ser observado em todo o mundo, a ampliação formal dos esforços que vem sendo desenvolvido por inúmeros países, no sentido de se viabilizar soluções que contribuam efetivamente com a redução da emissão dos gases que provocam o chamado efeito estufa, daí ocasionando as Mudanças Climáticas, que tantos danos vem causando ao meio-ambiente do planeta.

As reduções das emissões dos gases vão acontecer em várias atividades econômicas. O Protocolo estimula os países a cooperarem entre si através de várias ações básicas:

- reformar os setores de energia e transportes
- promover o uso de fontes energéticas renováveis
- eliminar mecanismos financeiros e de mercado inapropriados aos fins da Convenção
- limitar as emissões de metano no gerenciamento de resíduos e dos sistemas energéticos
- proteger florestas e outros sumidouros de carbono

Alguns países, como é o caso da Alemanha, já vem promovendo ousadas alterações de seus planejamentos estratégicos e em suas matrizes energéticas, destacando importantes mudanças no que se refere a forte redução no consumo de derivados fósseis, nos seus programas de energia atômica, inclusive com a paralização da construção de novas usinas de geração de energia elétrica de origem nuclear e futura desativação das atuais usinas em operação. Isto tudo, buscando incrementar substancialmente a presença do uso de energia com origem em fontes renováveis e limpas.

O Brasil é um dos países mais privilegiados do mundo, em inúmeros aspectos. O que, aliás, desperta continuamente a inveja e a cobiça de outros países. Principalmente, no que diz respeito às suas condições ambientais naturais, que proporcionam um enorme potencial para exploração e uso inteligente de energia de fontes renováveis. E, grande parte dos países do mundo tem voltado suas atenções para a pesquisa e o desenvolvimento do uso racional de energia de fontes renováveis, como a eólica, a solar, a biomassa, e mais recentemente, a célula de hidrogênio.

O Governo Brasileiro tem uma ótima oportunidade para estabelecer uma nova cultura e criar uma nova mentalidade na forma de gerir os destinos do país e de seu povo, pensando não só no passado, no presente, e nas ações de curto prazo. Aquelas que só trazem resultados imediatos e dentro do prazo do mandato de seus dirigentes. É preciso, desde já, trabalhar com soluções permanentes para assegurar às futuras gerações as condições mínimas que permitam a sobrevivência digna de seus cidadãos em um ambiente saudável.

Não podemos viver dependendo das sucessivas crises nos seus diversos setores, para criar grupos emergenciais e sair correndo desesperadamente atrás de soluções para apagar os incêndios. É preciso tentar caminhar à frente, para evitar que os problemas gerem crises que atinjam proporções incontroláveis.

O país precisa incorporar-se de maneira definitiva, no rol das Nações que se preocupam com todo o planeta e com o futuro da Humanidade. Porém, é necessário o quanto antes, passar do discurso para as ações reais em seu próprio território. É preciso inserir definitivamente em sua matriz energética, as fontes renováveis de energia.

É preciso criar condições que permitam melhor utilizar os recursos naturais do país, que podem gerar energia de maneira ambientalmente correta, e ainda, resgatar a dívida do Estado para com as populações isoladas que ainda não são atendidas adequadamente com serviços que dependem de energia, ou que são obrigadas a consumir derivados de

origem fóssil, poluentes e não renováveis, para ter energia mesmo que em condições precárias.

Neste contexto, o Congresso Nacional não pode estar ausente. A Câmara dos Deputados não pode ficar alheia a esses fatos, e, esta Comissão de Minas e Energia precisa estar permanentemente atuante, buscando e recebendo todos os esclarecimentos pertinentes, que a mantenham adequadamente informada, para poder colaborar com a sociedade, acompanhando o Poder Executivo, e, discutindo e votando as matérias que venham a se transformar nos instrumentos legais necessários à identificação e superação desses problemas.

Por estas razões, conclamo os membros desta Comissão a aprovarem a proposta que ofereço, no sentido de que seja criada a *SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA*, que deverá contribuir ainda mais com o aprimoramento e fortalecimento da atuação da Comissão de Minas e Energia.

Sala das Comissões, em de MARÇO de 2003.

Deputado **JOÃO CALDAS**
(PL/AL)